

Estudo 3



Plataforma escritório de
advocacia



Índice

LEI ESPANHOLA: Lei 15/1999 de 13 de Dezembro, de Protecção de Dados Pessoais (LOPDGP)...	2
Legislação espanhola: 34/2002 Lei Orgânica de 11 de julho, serviços de sociedade da informação e comércio eletrónico (LSSI).	6
Legislação espanhola: Políticas e decretos reais de juros.....	8
FRANCÊS LEI: Lei n.º 78-17 de 06 de janeiro de 1978 em informática, arquivos e liberdades.....	9
LEI FRANCESA: artigo L1111-8 do Código de Saúde Pública (Alterado pela Portaria n.º 2010-177 de 20 de fevereiro, artigo 19)	12
Português lei: Lei n.º 41 de 18 de Agosto (Tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade no Comunicações Electrónicas).....	14
Direito português: Lei n.º 32/2008, de 17 de julho (Electronic Communications).	16
Conclusões	17
Referências.....	18

Controle de Versão			
Revisão	Autor	Data	Razão
1	José Criado SICBRAIN EUROPA SL	27/12/2011	Primeira versão do estudo 3.

Estudo 3. Plataforma escritório de advocacia

O estudo a seguir tem como objetivo uma análise profunda do quadro legal sobre as leis que regem as plataformas digitais e gestão de bases de dados associadas. O tratamento dos dados registados pelos parceiros do consórcio e legislação profissionais RESATER deve respeitar em todos os três países (Espanha, França e Portugal). A equipe EUROPE SL SICBRAIN planejado o desenvolvimento de uma plataforma de telemedicina que atende todos estes requisitos, permitindo o tratamento ideal de todos os dados, assegurando a confiabilidade deles. Haverá uma maior ênfase no Direito espanhol SICBRAIN EUROPA SL sendo a entidade responsável pela criação e gestão da plataforma de telemedicina.

LEI ESPANHOLA: Lei 15/1999 de 13 de Dezembro, de Protecção de Dados Pessoais (LOPDGP).

Lei 15/1999 de 13 de Dezembro, de Protecção de Dados Pessoais (LOPDGP) é a lei espanhola líder no estado sobre o uso e gestão de todos os dados para uma plataforma como a necessidade RESATER consórcio. Na verdade, o escopo se estende a muito mais variáveis que compõem o tratamento específico dos dados utilizados. Nos parágrafos seguintes, vamos fazer uma compilação de artigos da legislação que está ligada ao processamento de dados de exposição. Partes específicas não expondo todos os artigos ou o seu conteúdo.

TÍTULO I - Disposições Gerais.

Artigo 1. Objeto.

A presente lei é garantir e proteger, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, as liberdades públicas e direitos fundamentais dos indivíduos e, especialmente, sua honra e intimidade pessoal e familiar.

Artigo 2. Âmbito de aplicação.

1 .- A presente lei é aplicável aos dados pessoais registados em mídia física, o que os torna passíveis de tratamento, e todo tipo de uso posterior desses dados por setores públicos e privados.

É regido pelo presente Acto todo o processamento de informações pessoais:

- a). Quando o tratamento é realizado em território espanhol no âmbito das actividades de um estabelecimento do controlador.
- b). Quando o tratamento não estiver estabelecido em território espanhol, é a legislação espanhola aplicável por força do público regras de direito internacional.

Artigo 3. Definições.

Para os fins desta Lei são aplicáveis:

- a). Dados pessoais: qualquer informação relativa a um indivíduo identificado ou identificável.
- b). File: qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, qualquer que seja a forma ou o método de sua criação, armazenamento, organização e acesso.
- c). Processamento de dados: operações técnicas e procedimentos por via electrónica ou outra forma na natureza, permitindo a recolha, registo, armazenamento, processamento, modificação, bloqueio e cancelamento, bem como atribuições de dados resultantes de comunicações, consultas, interconexões e transferências.
- d). Os dados das pessoas controlador responsável física ou jurídica, a natureza pública ou privada, ou órgão administrativo que decide sobre a finalidade, o conteúdo ea utilização de tratamento.
- e). Afetados: proprietário individual dos dados que são objecto de tratamento referido na alínea c) desta seção.
- f). Procedimento de dissociação: quaisquer dados pessoais para que as informações obtidas não podem ser associados a pessoa identificada ou identificável.
- g). Processador: a pessoa singular ou colectiva, autoridade pública, serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com os outros, dados pessoais em nome do controlador.

h). Consentimento da pessoa, qualquer expressão de intenções, livre e esclarecido, indicação específica e informado de que os consentimentos sujeitas ao tratamento de dados pessoais que lhe dizem respeito.

i). Transferência ou comunicação de dados: qualquer divulgação a uma pessoa que não seja o titular dos dados.

j). Fontes disponíveis para o público: aqueles arquivos cuja consulta pode ser realizada por qualquer pessoa, não ser impedido por uma exigência padrão mais restritivas ou, quando aplicável, o pagamento de uma taxa.

TÍTULO II - Princípios da protecção de dados.

Artigo 4. Qualidade de dados.

2 .- Os dados pessoais tratados não podem ser utilizadas para fins incompatíveis com aqueles para os quais foram recolhidos.

3 .- Os dados pessoais serão precisas e atualizadas para que eles respondam com sinceridade a situação atual do afetado.

5 .- Os dados pessoais serão cancelados quando deixarem de ser necessários ou úteis para a finalidade para que foram recolhidos ou registados.

6 .- Os dados pessoais serão armazenados para que possam exercer o direito de acesso, a menos que sejam legalmente cancelados.

Artigo 6. Consentimento dos afetados.

1 .- O tratamento de dados pessoais exige o consentimento expresso da vítima, a menos que a lei permite o contrário.

Artigo 8. Dados sobre a saúde.

Sem prejuízo do disposto no artigo 11 º em relação à atribuição, instituições e instituições de saúde públicas e privadas e profissionais interessados podem proceder ao tratamento de dados pessoais sobre a saúde das pessoas que freqüentam ou tem que ser tratados da mesma, em conformidade com as disposições da legislação nacional ou regional sobre a saúde.

Artigo 9. Segurança de dados.

1 .- O controlador de dados e, se for o caso, o processador deve tomar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança de dados pessoais para evitar a sua alteração, perda ou acesso não autorizado, dado o estado da tecnologia, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, seja por ação humana ou para o físico ou natural.

2 .- Não há dados serão gravados em arquivos pessoais que não cumpram as condições estabelecidas pela regulamentação no que diz respeito à sua integridade e centros de segurança e tratamento, edifícios, equipamentos, sistemas e programas.

Artigo 10. Dever de confidencialidade.

O controlador e os envolvidos em qualquer fase do tratamento de dados pessoais são obrigados ao sigilo em respeito e mesmo o dever de manter, as obrigações devem continuar mesmo após o fim de seu relacionamento com o proprietário do arquivo ou, caso de o operador.

TÍTULO III - Direitos das pessoas.

Artigo 15. Direito de acesso.

1 .- O requerente terá direito a solicitar e obter informações de seus dados pessoais em tratamento, a fonte dos dados e das comunicações feitas ou estão planejando fazer o mesmo.

Artigo 16. Direito de rectificação e cancelamento.

1 .- O controlador de dados é obrigada a fazer valer o direito de modificar ou cancelar o interessado no prazo de 10 dias.

TÍTULO IV - Disposições setor, Arquivos de propriedade privada

Artigo 25. Criação.

Os arquivos podem ser criados em propriedade privada contendo informações pessoais sempre que necessário para alcançar atividade legítima ou objeto da pessoa, empresa ou entidade que possui e respeitar as garantias que esta lei prevê a protecção das pessoas.

TÍTULO V - o movimento internacional de dados

Artigo 33. Norma Geral.

1 .- Não podem ser efectuadas transferências temporárias ou definitivas dados pessoais que tenham sido processados ou que tenham sido coletados para a submissão a este tratamento a países que não fornecem um nível de protecção comparável ao previsto por esta Lei, a menos que, além de ter observado as suas disposições, a autorização prévia é obtida a partir do Director da Agência de Protecção de Dados, que só pode concedê-lo obtido garantias suficientes.

Artigo 34. Exceções.

Nada no artigo anterior não se aplica:

- a). Quando a transferência internacional de dados pessoais resultante da aplicação de tratados ou convenções a que a Espanha é parte.
- e). Quando o assunto tem dado o seu consentimento inequívoco à transferência proposta.

Legislação espanhola: 34/2002 Lei Orgânica de 11 de julho, serviços de sociedade da informação e comércio eletrônico (LSSI).

A presente Lei é a incorporação para o direito espanhol da Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho, sobre certos aspectos dos serviços da sociedade da informação. A natureza da plataforma RESATER consórcio, regulado por lei em

relação ao tratamento de "comércio eletrónico" do ponto de vista da manipulação de dados, também se reflete na sua legislação, de modo que uma breve aspectos mencionados inicial o mesmo, sendo totalmente desenvolvido como documentação que o acompanha.

TÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1. Objeto.

1 .- O objeto da presente lei regula o estatuto jurídico dos serviços da sociedade da informação e de compras eletrónicas, em relação às obrigações dos prestadores de serviços, incluindo aqueles que atuam como intermediários no redes de distribuição de conteúdo para telecomunicações, comunicações comerciais por meios electrónicos, informações prévias e após a conclusão de contratos eletrónicos, as condições relativas à sua validade e eficácia e ao regime de sanções aplicáveis ao serviço da sociedade de informação.

Artigo 2. Prestadores de serviços estabelecidos na Espanha.

1 .- A presente lei é aplicável aos prestadores de sociedade da informação estabelecidos em Espanha e os serviços que prestam.

4 .- Os prestadores de sociedade da informação estabelecidos em Espanha estão sujeitos a outras disposições do direito espanhol que lhes são aplicáveis, dependendo da atividade que eles carregam, independentemente do uso de meios eletrónicos para realização.

TÍTULO II - Prestação de sociedade da informação

Artigo 7. Livre prestação de serviços.

1 .- A disposição da sociedade da informação a partir de um prestador estabelecido num Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu será realizada na livre prestação de serviços pode ser estabelecida sem quaisquer restrições para eles, por razões decorrentes da área de política coordenada.

Artigo 13. Responsabilidade dos prestadores de serviços da sociedade da informação.

1 .- fornecedores de sociedade da informação estão sujeitos a responsabilidade civil, direito penal e administrativa em geral, estabelecida na lei, sem prejuízo do disposto na presente lei

Legislação espanhola: Políticas e decretos reais de juros

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Outubro de 1995 relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Esta directiva, citado no artigo 1.º Os Estados-Membros, em conformidade com as disposições da presente directiva, a protecção das liberdades e direitos fundamentais dos indivíduos e, em particular o direito à privacidade quanto ao tratamento de dados pessoais, está principalmente preocupado com o regulamento conjunto de dados pessoais e seu tratamento (recolha, registo, organização, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização e divulgação por meio de transmissão).

O âmbito de aplicação (artigo 3.º) deve ser aplicada ao processamento total ou parcialmente automatizados de dados pessoais, bem como ao tratamento desses dados não é automatizada ou se destinem a ser incluídos em um arquivo.

994/99 Decreto Real, de 11 de Junho, que aprova o regulamento sobre medidas de segurança dos ficheiros automatizados que contenham dados pessoais.

Mantendo-se o escopo e propósitos, o primeiro artigo cita o seguinte: "O presente regulamento é estabelecer as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir que a segurança deve cumprir os arquivos, centros de tratamento, local equipamentos, sistemas, programas e pessoas envolvidas no tratamento de dados pessoais sujeitos ao regime da Lei Orgânica 5 / 1992 de 29 de Outubro, que regulamenta o tratamento automatizado de dados pessoais. " No que diz respeito a estas regras, definimos os seguintes conceitos, tudo de acordo com a legislação referida: sistema de informação, usuário de recursos, acesso autorizado, identificação, autenticação, controle de acesso, senha, advocacia, apoio, agente de segurança e backup.

Este Decreto Real também ser de grande importância no estudo quatro referentes à segurança da plataforma, o seu aparente envolvimento na segurança dos arquivos informatizados do mesmo.

Real Decreto 1332/94 de 20 de Junho, que desenvolve algumas disposições da lei.

Este Decreto Real aplicação de determinados aspectos da Lei Orgânica 5 / 1992 de 29 de outubro, que regulamenta o tratamento de dados pessoais. Especificamente, a Lei autoriza o Governo, em sua primeira disposição final para tomar as providências necessárias para a implementação e desenvolvimento da mesma lei, os preceitos contidos em diferentes par um mandato específico para o Governo pelo regulamento que abranja certos aspectos, principalmente ordem processual quanto ao exercício dos direitos de acesso, rectificação e cancelamento, como queixar-se à Agência de Proteção de Dados por ações contrárias à lei, a notificação e registro de ficheiros automatizados de dados eo procedimento para a determinação de violações e na imposição de sanções.

FRANCÊS LEI: Lei n º 78-17 de 06 de janeiro de 1978 em informática, arquivos e liberdades.

Esta lei prevê no artigo 70 das disposições essenciais no quadro legal francês e legislativas que são necessárias para o bom desempenho de processamento de dados a ser implementado no consórcio RESATER plataforma. É por isso que a lei principal do país, e, portanto, citar, como com o LOPDCD na Espanha, diferentes partes do mesmo, todos relacionados com a legislação aplicável neste caso. No entanto, este conjunto de artigos resumidos em alguma medida a extensão do mandato, sendo anexado em sua totalidade com o resto do documento que contém este estudo.

CAPÍTULO I - Princípios e definições.

Artigo 1.

O computador deve estar a serviço de cada cidadão. O seu desenvolvimento deve ser feito no âmbito da cooperação internacional. Não deve afetar tanto a identidade humana ou direitos humanos ou privacidade, ou as liberdades individuais e públicas.

Artigo 2.

Esta lei aplica-se a qualquer tratamento automatizado de dados pessoais, bem como processos não automatizados de dados pessoais ou a ele destinados aparecem dentro

Artigo 3.

1 .- O chefe de um processo de dados pessoais é, a menos que expressamente designadas por lei ou regulamento relativo a este tratamento, a pessoa, a autoridade pública, o departamento ou agência determina seus objetivos e meios.

2. - O destinatário de um processo de dados pessoais é qualquer pessoa o direito de receber uma comunicação da informação que não seja a pessoa em causa, o proprietário do processo, o subcontratante e as pessoas que, em razão de suas atribuições, lidar com de dados. No entanto, as autoridades legalmente habilitadas pela missão especial ou o exercício de direito de comunicação, pode solicitar a responsável do processo de comunicação de dados pessoais.

CAPÍTULO II - Condições de licitude do tratamento de dados pessoais

Artigo 6.

Um processo pode abranger apenas os dados pessoais que satisfaçam as seguintes condições:

2 .- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não tratados de forma incompatível com essas finalidades.

3 .- Eles são adequados, pertinentes e não excessivos em relação às finalidades para as quais foram coletadas e seus processos subsequentes.

5 .- conservados de forma a permitir a identificação das pessoas em causa por um período não exceder o tempo necessário para os fins para que são recolhidos e processados.

CAPÍTULO III - A comissão nacional de tecnologia da informação e as liberdades

Esta comissão nacional é uma autoridade administrativa independente, principalmente exercendo as seguintes funções:

- Ele deve informar todos os interessados e todos os responsáveis para os salários dos seus direitos e obrigações.

- Sailing to processos pessoais que são implementadas de acordo com as disposições da presente lei.

Os itens em exibição entre 11 e 21, inclusive, devem incluir uma referência às responsabilidades perante a Comissão e seus membros constituintes e poderes derivados de cada um deles.

CAPÍTULO V - Deveres dos processos responsáveis e os direitos das pessoas

Seção 1: Obrigações dos controladores.

Artigo 32.

Alterada pela Portaria n.º 2011-1012 de 24/08/2011

1. - A pessoa para quem ele coletou as informações pessoais devem ser informados, a menos que tenha sido anteriormente, pelo proprietário do processo ou do seu representante:
 - A partir da identidade do processo e, se for o caso, do seu representante.
 - A partir do objectivo prosseguido pelo processo a que os dados se destina.
 - As respostas obrigatório ou facultativo.

Artigo 34.

O controlador é obrigado a tomar todas as precauções necessárias em relação à natureza dos dados e os riscos colocados pelo tratamento, para preservar a segurança dos dados e, em particular, evitar que sejam distorcidas, danificado, ou terceiro acesso não autorizado a elas.

CAPÍTULO IX - tratamento de dados pessoais destinados à pesquisa no campo da saúde

Artigo 53.

Trata os dados pessoais cujo objetivo é a investigação na área da saúde estão sujeitos às disposições desta Lei, exceto os artigos 23 a 26, 32 e 38.

O processamento de dados voltadas ao monitoramento terapêutico ou medicinal de pacientes individuais não estão sujeitos às disposições deste capítulo. O mesmo acontece nos processos que permitem que os estudos a partir dos dados assim obtidos, se esses estudos são realizados por pessoal que executa esta tarefa e para seu uso exclusivo.

Artigo 55.

Embora as regras relativas ao sigilo profissional, os membros das profissões de saúde pode transmitir dados pessoais que eles têm no contexto de um processamento de dados de autorizações nos termos do artigo 53.

Artigo 57.

Indivíduos cujos dados pessoais foram recolhidos ou para que tais dados são transmitidos antes do início do processamento destes dados são relatados individualmente:

- A natureza das informações transmitidas.
- A propósito de processamento de dados.

- De pessoas singulares ou colectivas que precisam de dados.
- O direito de acesso e correcção previstos nos artigos 39 e 40.

CAPÍTULO X. Processamento de dados de saúde pessoais para a avaliação ou a análise das práticas ou atividades de cuidado e prevenção.

Artigo 62.

A saúde de processamento de dados pessoais como objetivo avaliar os cuidados e práticas de prevenção estão autorizados conforme previsto neste capítulo. As disposições do presente capítulo não são aplicáveis ou processa dados pessoais para efeitos de reembolso feitos ou controle pelos órgãos de gestão de um regime básico de seguro de saúde, ou os processos realizados em instalações médicos de saúde responsável pela informação médica, tal como previsto no parágrafo segundo do artigo L. 6113-7 Código de Saúde Pública.

Artigo 63.

Dados de sistemas de informação previsto no artigo L. 6113-7 Código de Saúde Pública, os registros médicos de dentro do exercício liberal das profissões de saúde, bem como os de sistemas de informações de fundos de seguro médico só pode se comunicar com o fim avaliação estatística ou análise das práticas e atividades de prevenção e cuidados na forma de estatísticas agregadas ou os dados do paciente de tal modo que os afetados não podem ser identificados.

Ele não pode ser dispensada no parágrafo anterior, exceto com a permissão da Comissão Nacional de Informática e liberdades, tal como previsto nos artigos 64 a 66. Neste caso, os dados utilizados contêm nem o nome nem o nome de pessoas, ou número de inscrição no diretório nacional de identificação de indivíduos.

LEI FRANCESA: artigo L1111-8 do Código de Saúde Pública (Alterado pela Portaria n ° 2010-177 de 20 de fevereiro, artigo 19)

Artigo L1111-8 do Código de Saúde Pública faz referência específica e precisa sistemas de processamento de dados são usados na plataforma da RESATER consórcio o seu impacto em termos de profissionais e pacientes estão em causa. É por isso que nós estamos indo para

citar vários pontos desta legislação, a fim de completar a instrução da lei principal do Estado francês no computador, arquivos e liberdades.

Ao abrigo desta regra, os profissionais de saúde ou centros de saúde ou pessoa interessada pode apresentar dados de saúde de carácter pessoal recolhidos ou produzidos para diagnóstico, prevenção ou tratamento, a pessoas físicas ou jurídicas autorizadas para o efeito . Estes dados propriedade, independentemente do seu suporte de papel ou computador, você não pode ter lugar sem o consentimento da pessoa em causa.

O processamento de dados pessoais de saúde que exige a acomodação previsto no parágrafo primeiro, independentemente do seu suporte de papel, ou computador, deve ser feita em conformidade com as disposições da Lei n º 78-17 de 06 de janeiro 1978, de informática, arquivos e liberdades. A prestação de alojamento, independentemente do seu titular, deve ser objecto de um contrato. Quando essa propriedade é uma iniciativa de um profissional de saúde ou unidade de saúde, o contrato prevê que os dados de habitação, os métodos de acesso a eles e seus modos de transmissão estão sujeitas ao acordo do interessado.

Posse e processar dados em mídia pessoais de saúde por profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde ou web dados de saúde servidores pessoais são subordinados ao uso de sistemas de informação em conformidade com as disposições adoptadas nos termos do **Artigo L. 1110-4** e referência para interoperabilidade e segurança na posse do Ministro da Saúde, após consulta do grupo mencionado no **artigo L.1111-24**.

As condições de aprovação dos servidores web de dados, seja qual for o meio, são estabelecidas por decreto em Conselho de Estado após o parecer prévio da Comissão Nacional de Informática e das Liberdades e dos Conselhos da Ordem das profissões de saúde.

Profissionais e estabelecimentos de saúde pode, em derrogação das disposições do último período dos dois primeiros parágrafos deste artigo, use os seus próprios sistemas ou sistemas pertencentes a servidores Web autorizado, sem o consentimento expresso da pessoa em questão, desde que o acesso o titular dos dados é limitado à unidade de saúde ou profissionais de saúde que apresentou ea pessoa em questão, conforme previsto no **artigo L. 1111-7**.

Eles só podem acessar os dados que foram objecto de alojamento para as pessoas que se referem e profissionais de saúde ou unidades de saúde que lidar com eles e que são

nomeados pelos interessados, como prescrito no contrato nos termos do segundo parágrafo, em conformidade com as disposições dos artigos L. 1110-4 e L. 1111-7.

***Português lei: Lei n.º 41 de 18 de Agosto
(Tratamento de dados pessoais e protecção da
privacidade no Comunicações Electrónicas)***

Esta lei é um grande país regulamentos referidos no Português em relação ao tratamento de dados pessoais que você pode usar a RESATER plataforma. É, portanto, o principal quadro legislativo, juntamente com a Lei Orgânica Data Protection Officer (Espanha), e Lei n.º 78-17 de 6 de janeiro de 1978 em informática, arquivos e liberdades (França), que regulam a possíveis problemas jurídicos que podem ser vistas dentro deste consórcio.

Especificamente, o primeiro artigo da Lei n.º 41 de 18 de agosto citou os objectivos eo âmbito desse mandato, contextualizando sua aplicação ao processamento de dados em serviços de comunicações pessoais. Este também cumprir com as disposições da **Lei 67/98 de 26 de Outubro (Lei de Protecção de Dados Pessoais)**, com esta legislação que tem o maior peso sobre os dados gravados. No entanto, a semelhança comparável à lei espanhola, este estudo centrou-se sobre a legislação sobre o Direito Português em Processamento de Dados Pessoais e Protecção da Privacidade nas Comunicações Electrónicas muito do seu conteúdo.

CAPÍTULO II. Segurança e confidencialidade

Artigo 3. Segurança.

1.- As empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas devem trabalhar juntos para tomar as medidas técnicas e organizativas necessárias para garantir a segurança de seus serviços, com, se necessário, a segurança da própria rede.

Artigo 5. Armazenamento e acesso à informação.

1.- O uso de redes de comunicações electrónicas para armazenar informação ou para acessar informações armazenadas no terminal de um assinante ou um usuário regular é permitido quando as seguintes condições:

- Seja fornecida ao assinante ou o utilizador todas as informações necessárias para tal acesso, incluindo também como objectivo o de tratamento de acordo com a Lei de Protecção de Dados Pessoais.

- É permitido a opção de recusar o tratamento de informações.

Artigo 6. Os dados de tráfego.

1 .- Não obstante as disposições dos seguintes dois parágrafos sobre os dados de tráfego relativos a assinantes e utilizadores, que são tratados pelas empresas que prestam serviços e / ou serviço de comunicações electrónicas devem ser apagados ou tornados anónimos quando deixem de necessário para a transmissão da comunicação.

4 .- As empresas que fornecem serviços de comunicações electrónicas podem tratar os dados referidos em (1 .-) na medida e tempo necessário para a comercialização de serviços de comunicações electrónicas ou de fornecimento de serviços de valor agregado.

CAPÍTULO IV. Disposições finais e transitórias

Artigo 17. Características técnicas e normalização.

1 .- O cumprimento das disposições desta lei resulta na imposição de requisitos técnicos específicos dos equipamentos terminais e outros equipamentos de comunicações electrónicas que possam impedir a circulação desses equipamentos nos países da UE.

2 .- As exceções ao disposto no número anterior sobre as características técnicas específicas necessárias à execução desta lei serão comunicadas à Comissão Europeia no âmbito dos procedimentos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 58/2000, de 18 de Abril.

***Direito português: Lei n.º 32/2008, de 17 de julho
(Electronic Communications).***

Artigo 1. Propósito.

1.- A presente lei regula o armazenamento e transmissão de dados de tráfego e localização de pessoas físicas e jurídicas e os dados necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado para a detecção, investigação e repressão de crimes graves pelas autoridades competentes para a transposição para o direito nacional a Directiva n.º 2006/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da prestação de serviços de comunicações publicamente disponíveis ou de redes de comunicações electrónicas públicas, e que altera a Directiva 2002/58/CE No. do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de junho, relativa ao tratamento de dados pessoais e setor de proteção à privacidade comunicações electrónicas.

Artigo 3. Objetivo do tratamento.

1.- A transmissão de armazenamento de dados e tem a finalidade de investigação, detecção e repressão de crimes graves por parte das autoridades.

Artigo 10. Condições técnicas para transmissão de dados.

Os dados para as categorias especificadas no artigo 4.º será processada por comunicação eletrônica, com condições técnicas e de segurança previstas no terceiro parágrafo do artigo 7.

Sob a lei Português é outra importante política de **Decreto-Lei n.º 122/2000 de 4 de Julho (Protecção jurídica das bases de dados)**, que também se refere às regras que regem a manipulação de arquivos e bancos de dados. Como a legislação relacionada pode ser visto de outra legislação de grande importância na área jurídica europeia:

Directiva n.º 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 1996, relativa à protecção jurídica das bases de dados.

Esta directiva diz respeito à protecção jurídica das bases de dados, independentemente de suas formas. Para efeitos da presente directiva, devem ser consideradas como "dados" uma coleção de obras, dados ou outros materiais dispostos de

modo sistemático ou metódico e susceptíveis de acesso individual por meios electrónicos ou outros.

Uma de suas mais importantes é o artigo 8 sobre os Direitos e obrigações dos utilizadores legítimos, citando o seguinte: "O fabricante de um banco de dados, independentemente do caminho foi disponibilizado ao público não podem impedir o utilizador legítimo da base de extrair e / ou reutilizar partes não substanciais do respectivo conteúdo, avaliadas qualitativa ou quantitativamente como, independentemente da sua finalidade. "

Conclusões

Este estudo 3 na legislação europeia (e mais especificamente para os países da Espanha, França e Portugal) refere-se a diferentes enquadramentos legais que existem nestas três áreas, a fim de padronizar as leis que lhes são aplicáveis. A intenção desta exposição de artigos e disposições se refere ao tratamento de dados de DB (aplicável para a plataforma e seus arredores RESATER), processos de informação e tecnologia relacionados com a movimentação e encaminhamento de tais responsabilidades que existem em diferentes alegadas declarações.

Todas essas leis são regidas por uma legislação quadro europeu único, que permite uma maior coesão entre os diversos regulamentos expostos. Como principais regulamentos destaca a **Lei 15/1999 de 13 de Dezembro, de Protecção de Dados Pessoais (LOPDGP)** em Espanha, a **Lei n.º 78-17 de 06 de janeiro de 1978 em informática, arquivos e liberdades** na França, e da **Lei No. 41 de 18 de Agosto (Tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade no Comunicações Electrónicas)**, em Portugal. Todos estes reforçar o carácter internacional da plataforma para RESATER maior confiabilidade fornecendo tratamento jurídico dos dados tratados no mesmo.

Referências

- [1] <http://www.europa.eu>
- [2] <http://www.wipo.int>
- [3] Lei 15/1999 de 13 de Dezembro, de Protecção de Dados Pessoais (LOPDCP). (Anexo)
- [4] Lei Orgânica 34/2002 de 11 de julho, os serviços da sociedade da informação e comércio eletrónico (LSSI). (Anexo)
- [5] Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Outubro de 1995 relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. (Anexo)
- [6] Real Decreto 994/99, de 11 de Junho, que aprova o regulamento sobre medidas de segurança dos ficheiros automatizados que contenham dados pessoais. (Anexo)
- [7] 1332-1394 Decreto Real de 20 de Junho, que desenvolve algumas disposições da lei. (Anexo)
- [8] Lei n.º 78-17 de 6 de Janeiro de 1978, relativa a informática, arquivos e liberdades. (Anexo)
- [9] O artigo L1111-8 do Código de Saúde Pública (Alterado pela Portaria n.º 2010-177 de 20 de fevereiro, artigo 19). (Anexo)
- [10] Lei n.º 41 de 18 de Agosto (Tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade nas comunicações electrónicas). (Anexo)
- [11] Lei n.º 32/2008, de 17 de julho (Comunicações Electrónicas). (Anexo)
- [12] Decreto-Lei n.º 122/2000 de 4 de Julho (Protecção jurídica das bases de dados). (Anexo)
- [13] Directiva n.º 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 1996, relativa à protecção jurídica das bases de dados. (Anexo)